ATA DA 8ª (OITAVA) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS 2015

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de fevereiro de 2015, às 15h00min (quinze) horas, reuniu-se em Sessão Ordinária a Câmara Municipal de Anápolis-Goiás, sob a Presidência do vereador Lisieux José Borges, secretariado por: Wederson Cristiano da Silva Lopes, Jakson Charles de Oliveira Diniz Serbeto, Amilton Batista de Faria, Filho, Mirian Garcia Sampaio Pimenta e Gleimo Martins dos Anjos. Compareceram ainda: Alfredo Paes Landim Filho, Carlos Alberto Rodrigues, Dinamélia Ribeiro, Eber Batista Mamede, Eli Rosa da Silva, Jean Carlos Ribeiro, Jesus Fernandes Abrenhosa, João Pereira de Souza, Maria Geli Sanches, Miguel Elias Hanna, Mauro José Severiano, Pedro Antônio Mariano de Oliveira, Pedro Carneiro da Ponte, Vespasiano dos Reis Gomes e Wilmar José Silvestre. Faltaram com causa justificada o vereador Paulo Roberto de Castro Lima e Valdair de Jesus Costa. À hora regimental o senhor Presidente declarou aberta a Sessão, solicitando ao senhor Secretário que fizesse a chamada dos vereadores presentes e a leitura da Síntese da ata anterior. A Ata completa foi colocada à disposição dos senhores vereadores. ***PEQUENO EXPEDIENTE****: Foram feitas leituras de requerimentos que foram enviados à Diretoria Legislativa. Usaram a palavra os vereadores:* ***MIGUEL MARRULA-*** *cumprimentou os presentes e comunicou que vários usuários do Transporte Coletivo do Setor Industrial lhe procuraram e reclamaram dos pontos de ônibus, que estão em estado precário, e explicou a eles sobre a situação da licitação do transporte público em Anápolis. A licitação não decorre de uma mera motivação política emanada do Executivo ou do Legislativo, mas, na realidade, foi uma Ação Civil Pública que determinou a realização do procedimento licitatório. Diante disso, o vereador disse que iria buscar todas as informações quanto ao processo de licitação, para que se pudesse avaliar e emitir uma opinião pausada na legalidade e, consequentemente, no interesse da população anapolina e, em especial, dos usuários do transporte público. Declarou, que, como vereador dessa Casa, buscaria de forma incansável perante o Tribunal de Contas do Município e perante o Poder Judiciário verificar e acompanhar o andamento da licitação do transporte público na cidade de Anápolis. Também desejou melhoras ao Senador Ronaldo Caiado, internado no dia anterior com diagnóstico de cólica biliar. Em nome da Casa, mandou desejo de melhoras no estado de saúde. Para finalizar, parabenizou a doutora Valeska de Paiva, pela transparência que agiu perante a situação na qual foi suspensa, por simplesmente ter*

cumprido sua função embargando uma obra que apresenta irregularidades. ***AMILTON FILHO*** *– Usou a tribuna para informar que apresentou Moção de Apelo – a ser apreciada pelo plenário – endereçada ao Conselho Municipal de Contribuintes, pedindo isonomia no julgamento de ações de profissionais de saúde na cobrança de ISS e taxa de funcionamento. Amilton lembrou que no final de 2014, uma emenda ao Código Tributário, de sua autoria, aprovada na Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito, isentou profissionais credenciados na Secretaria de Saúde de recolherem ISS e taxa de funcionamento. A defesa feita pelo vereador para que sua propositura virasse lei era de que médicos, enfermeiros, odontólogos e outros profissionais da área estavam sendo tratados como empresas, do ponto de vista tributário, ao prestar serviço ao Município. Amilton Filho informou que a isenção do ISS passou a valer a partir de 2015, mas que diversos profissionais possuem o nome negativado junto à Prefeitura de Anápolis por pendências no recolhimento do imposto em anos anteriores. Muitos entraram com ação no Conselho Municipal de Contribuintes e aguardam perdão, assim como já aconteceu com um odontólogo da Vila Santa Maria de Nazareth. "Peço primeiro que o Conselho de Contribuintes julgue os recursos dos profissionais de maneira breve. E que apliquem o princípio da isonomia, se utilizando do caso que citei. Nada mais justo e natural que seja concedida essa isenção para todos", comentou Amilton Filho. O vereador disse que tem visitado as unidades de saúde e há um temor muito grande dos profissionais quanto às execuções fiscais e os nomes negativados. "Até aqueles que pagaram o imposto reclamam que para isso perderam parte de seus vencimentos". O vereador informou também que a emenda que acabou com a cobrança do ISS foi sancionada pelo chefe do Poder Executivo em 31 de dezembro de 2014. Por esse motivo, a Secretaria Municipal da Fazenda não conseguiu cancelar no sistema a cobrança que era gerada automaticamente aos profissionais de saúde. "Conversei com o secretário José Roberto Mazon, que me informou que esse cancelamento será feito de forma manual. Se algum profissional recebeu por ventura essa cobrança, saiba que ela será desconsiderada", explicou Amilton Filho.* ***GLEIMO MARTINS****- cumprimentou os presentes e falou sobre a situação do transporte coletivo de Anápolis e o transtorno causado pelo fechamento do Terminal Dois, e que o mesmo está fechado e abandonado, e há preocupações com foco de dengue no lugar e no monumento histórico da Estação. A população está prejudicada, com o problema de trânsito, o atraso no horário de ônibus, em alguns horários de até uma hora, e a redução de até vinte e cinco por cento de viagens em cada linha. Pediu que*

a Estação fosse apresentada à população; fossem tomadas providências em relação à agua parada, que pode se tornar foco de dengue; os riscos aos quais a população está exposta no Terminal Urbano; expôs o problema do trânsito, citando a longa fila de ônibus parados para entrar no Terminal. Pediu ao Líder do Prefeito que levasse essas demandas ao Prefeito, para que ele resolvesse essa situação e tomasse as providências necessárias, realizando e cumprindo os acordos feitos e retirasse os focos de água parada do Terminal Dois. ***GRANDE EXPEDIENTE -*** *A Câmara Municipal de Anápolis fez a entrega, na sessão ordinária dessa terça-feira de Moção de Aplauso ao cabo Marcos Ferreira da Silva e ao soldado Wesley Neres de Carvalho, ambos da Polícia Militar de Goiás, em reconhecimento a uma ação de salvamento realizada no ano passado. Usou a palavra o vereador* ***SARGENTO ALBERTO*** *que em nome do Legislativo municipal, e de cada cidadão de bem de Anápolis, tinha a grata satisfação de prestar a homenagem aos dois policiais militares. "Essa Moção de Aplauso serve também para mostrar que a PM não é só aquela que vive no embate, mas vai além "O vereador disse se tratar de uma singela homenagem, mas que deveria ser entendida como um reconhecimento de toda a sociedade"". Sargento Alberto disse que os policiais foram "além de seus limites" e assumiram responsabilidades. "E pode ter certeza: se algo ocorresse de outra forma, os dois estariam respondendo a um procedimento". O vereador disse ainda que em nome do cabo Ferreira e do soldado Carvalho, a Câmara Municipal estava enaltecendo cada policial militar de Goiás. Representando o 3º CRPM, o subcomandante do 4º BPM, major Josmar Oliveira Pedrosa, ao usar a palavra em nome dos homenageados, agradeceu o gesto do vereador Sargento Alberto e da Câmara Municipal de Anápolis.* ***JERRY CABELEREIRO****, cumprimentou os presentes e lembrou o aniversário de cento e vinte e quatro anos de promulgação da Constituição de mil novecentos e oitenta e oito, a qual tornava o Brasil uma República Federativa. Comentou que na atualidade não se possui a segurança tão sonhada desde essa época e prevista desde essa Constituição. Os cidadãos pagam altos impostos e, mesmo assim, estão expostos à violência. Muitas vezes, os temas abordados são debatidos de forma exaustiva na Casa, mas não são tomadas atitudes, e citou o exemplo do Terminal Urbano, onde a população é quem mais sofre. Chamou essas atitudes de falta de respeito ao povo anapolino, e lembrou que havia outras opções com a possibilidade de perseverar o Patrimônio Histórico sem penalizar a população. A Casa de Leis precisa ser respeitada em seus posicionamentos. Também falou sobre seu pedido dirigido à Polícia Militar*

solicitando o aumento de efetivo nos períodos críticos, principalmente durante a madrugada; expôs o caso de seu Chefe de Gabinete, baleado durante um assalto, e explicou que é um reflexo da segurança pública na cidade, onde seriam necessários mais investimentos. A população está vulnerável e à mercê dos bandidos; é função dos pares cobrarem investimentos em segurança. Falou também sobre a falta de acessibilidade do Recanto do Sol e adjacências, e pediu a ampliação da entrada do bairro, melhorando a fluidez do trânsito, a qual já tem pedido desde o início do mandato. Pediu a criação de saídas alternativas, tanto para as Rodovias quanto para outros setores da cidade, e lembrou que diversos vereadores também já pediram soluções para esse problema. Com isso, agradeceu a oportunidade e devolveu a palavra. ***SARGENTO PEREIRA*** *- cumprimentou os presentes e comentou a repercussão do assunto tratado anteriormente, quando pediu a explicação ao Procurador do Município sobre a licença de uma obra da Prefeitura e o afastamento da Procuradora Valeska; anunciou que o mesmo se faria presente no próximo dia para explicar a situação. Foi concedido aparte ao Vereador Mauro Severiano, durante o qual pediu que também a procuradora Valeska fosse convidada para expor sua versão dos fatos ao Plenário. Também explanou a reunião ocorrida no dia dezenove de fevereiro com a promotora Sandra Mara Garbelini sobre o Terminal de ônibus da TCA, à qual também se fizeram presentes os vereadores Vespa, Miguel Marrula e Miriam Garcia, cujas presenças o edil agradeceu. Explicou que a promotora foi questionada sobre a possibilidade de destombamento do antigo prédio da Estação Ferroviária, ou alguma outra coisa para permitir novamente a liberação do Terminal Dois, mas ela explicou a impossibilidade de qualquer ação nesse sentido. Foi feita a sugestão, considerada salutar por ela, de se fazer uma representação junto ao Conselho Nacional de Justiça. Ele é órgão que fiscaliza o Poder Judiciário e um pedido dele junto ao Tribunal fará o processo andar novamente. Comentou sobre a visita feita em agosto de dois mil e quatorze pelo Prefeito e diversos pares da Casa ao Procurador Fausto, do Tribunal de Justiça, pedindo celeridade no processo, mas essa visita não surtiu os efeitos esperados. Em aparte, o Vereador Jakson Charles explicou que esse episódio alerta para uma dupla interpretação da Lei. O entendimento da Procuradora não é o único possível, e não é possível travar o desenvolvimento da cidade por causa de um único entendimento, e é preciso. Finalizou, lembrando que a Lei precisa ser cumprida, e não podem ser aceitas condutas contrárias a ela. Explicou que a melhor saída no momento é a representação junto ao Conselho Nacional de Justiça, e está*

aguardando o contato com o desembargador Fausto para encaminhar a representação. Também manifestou sua preocupação em relação à licitação de concessão de serviço, e que a demora em resolver essa situação prejudica a população anapolina. Com isso, encerrou a sua fala. ***ORDEM DO DIA****:* Foi aprovado em Segunda Votação: Processo nº 141/14 – Maria Geli – Dispõe sobre Título de Utilidade Pública à Associação denominada Projeto Conviver. *E nada mais havendo a ser tratado o Presidente declarou encerrada a presente reunião, marcando-se outra para o dia 25 de fevereiro de em horário regimental. Para constar eu Mariza Carneiro de Medeiros, lavrei esta Ata que se aprovada será assinada pela Mesa Diretora da Casa.*